

O CONCEITO DE GÊNERO E AS ANÁLISES SOBRE MULHER E TRABALHO: NOTAS SOBRE IMPASSES TEÓRICOS*

Mary Garcia Castro**

Este é um ensaio que reflete sobre impasses do conhecimento, privilegiando o conceito de gênero e tomando para referência o trabalho da mulher. Ao longo do seu desenvolvimento ele passa por tópicos diversos e insinua várias questões, discutindo o corpo, o masculino, as relações entre gênero e etnicidade e a interação entre necessidades e desejos. Explorando as potencialidades de uma divisão social do trabalho baseada no conceito de gênero, suas análises evidenciam como esse conceito possibilita um novo conhecimento da vida social, e não apenas outro paradigma para o estudo de questões femininas.

CONCEITO DE GÊNERO - PROMESSAS

É voz comum entre os estudiosos sobre a mulher que com o conceito de gênero, ou relações sociais entre os sexos, inaugura-se um novo patamar do conhecimento. Para Joan Scott (1990), gênero pautaria a percepção das diferenças entre os sexos, sendo construto significativo a demarcar relações de poder. Outra autora feminista, De Lauretis (1987) relativiza a tônica nas diferenças sexuais, privilegiando as representações das relações, cortadas por várias outras, (as de cunho étnico, por exemplo), como produções de tecnologias sociais que, no plano da micro política, realizam sujeitos múltiplos contraditórios. Gênero é portanto, um conceito problematizado, aberto; para alguns, uma decolagem de relações sociais

* Uma primeira versão deste texto foi apresentada no IX Congresso Nacional dos Sociólogos/Seminário Latino Americano de Sociologia, realizado entre 25 a 29 de agosto de 1992, em São Paulo. Tais reflexões integram uma pesquisa intitulada "Dividindo para Somar - Gênero, Raça e Geração na Produção de Sujeitos Políticos Mulheres (Casos de Mulheres Líderes Sindicais nos Setores Bancário e de Serviços Domésticos em Salvador), atualmente em curso com financiamento do CNPq. Colaboram para a sua realização Acácia Batista Dias, Maria Aparecida Souza, Paula Lopes Pontes e Urany Crespo Cerqueira, como bolsistas de iniciação Científica do CNPq, e Diane Stela Neves Alves, com bolsa de Aperfeiçoamento.

** Professor do Departamento e do Mestrado de Sociologia da Universidade Federal da Bahia. Bolsista do CNPq.

ancoradas em perfis naturais, ser homem/ser mulher; para outros, descolagem de relações naturais, realizando-se por culturas e poderes, mais além do sexo de referência. (Ver no Quadro I, ao final do texto, algumas variações na conceituação de gênero).

Com o enfoque de gênero realizar-se-iam promessas tanto do movimento de mulheres, quanto da academia contemporânea, do pensamento crítico, o novo *logos* que se espraiou por distintas disciplinas na década de 70. E *logos*, segundo Platão, é o "princípio de ordem, mediador entre o mundo sensível e inteligível" (cf. Novo Dicionário Aurélio).

E o debate sobre gênero se instaura, questionando ordens epistemológicas, atravessando territórios disciplinares, instaurando diálogo entre um movimento social - o feminismo -, e a academia. Com o enfoque de gênero desvendar-se-iam pluralidades, heterogeneidades e singularizações nas classes sociais¹, contrapondo-se portanto a saberes universais e finalistas e à referência suprema das ciências sociais - identificar regularidades, hegemonias e chegar a leis universais. É um conhecimento que privilegia práticas, fascina-se, como a história nova, com a margem, o dia-a-dia, a experiência, não fosse o saber cotidiano um conhecimento que une o "saber como" e o "saber para que" (Heller, 1970a).

O debate sobre cotidianidade pede espaço próprio. Fica, entretanto, a chamada sobre os riscos de simplificação no uso do termo, uma vez que evitar tais riscos é também ponto de agenda que se orienta para o afiamento do conhecimento de gênero. Ao contrário do que pode sugerir o termo cotidianidade, ou o seu uso ao nível das aparências, não se confunde necessariamente o conhecimento sobre a cotidianidade com o seu objeto e prática, a vida cotidiana. O conhecimento sobre o cotidiano passa, orienta-se, mas não pode ficar na descrição de trajetórias de vida em si, separadas das normas, dos arquétipos, dos significados - plurais, imediatos, mas elaborados - da história, das ecologias sociais. O conhecimento da vida cotidiana não significa abdicar da análise reflexiva (Bourdieu,

¹ A referência ao conceito de singularização não se confunde com a comum chamada a especificidades. Recorre-se àquele conceito, no sentido proposto por Guattari (1992: 13), ressaltando a exploração de potencialidades criativas, de rebelião, tanto quanto de serialização de subjetividades, pois as recusas às produções institucionais não necessariamente constituem rupturas com tais produções. Conforme Guattari (1992: 13):

"De um modo geral, pode-se dizer que a história contemporânea está cada vez mais dominada pelo aumento de reivindicações de singularidades subjeti-vas-querelas lingüísticas, reivindicações autonomistas, questões nacionalistas, nacionais, que, em uma ambigüidade total, exprimem por um lado um reivindicação de tipo liberação nacional, mas que, por outro lado, se encarnam no que eu denominaria de reterritorializações conservadoras da subjetividade".

1989) sobre diferenças entre rupturas do conhecimento científico com o de senso comum, e rupturas com o saber formalizado, o que implica em sua aproximação com o "bom senso", o saber com sentido - ainda que não necessariamente consentido. Heller (1970b: 45) ilustra como, na vida cotidiana, conhecimentos se estruturam sem "perdas de identidade":

"A vida cotidiana caracteriza-se pela unidade imediata de pensamento e ação. Mas devemos acrescentar a essa caracterização que o pensamento cotidiano não é jamais teoria, assim como a atividade cotidiana nunca é praxis. Na teoria e na praxis dominam finalidades e conteúdos que representam o humano-genérico; ambos promovem o desenvolvimento humano-genérico e produzem novidades em seu estado. A vida cotidiana pode ser fonte, exemplo, ponto de partida para a teoria, como ocorreu no caso do chamado 'common sense'; pode igualmente ter certa participação não consciente na praxis, sobretudo na atividade do trabalho. Mas de modo algum pode se falar nesse caso, de identidade (Heller, 1970a: 45).

GÊNERO E TRABALHO

Lobo (1991: 203) indica que o uso do conceito de gênero na Sociologia do trabalho coincidiria com "a problematização da subjetividade e também com as identidades presentes no mundo do trabalho". Voltar-se-ia para a cotidianidade do trabalhador na e além da fábrica. Lobo procede a uma crítica da sociologia do trabalho, ressaltando sua incapacidade de dar conta de "representações simbólicas" e linguagens sexualizadas.

Neste texto, outra cartografia é rabiscada. Interessa-nos a produção feminista sobre gênero, em particular a que tem o trabalho da mulher como referência, seguindo pegadas anteriores (por exemplo, Castro e Lavinhas, 1992): a preocupação com a formalização de um discurso que se originou, paradoxalmente, por um anti-discurso (De Lauretis, 1987 e Dias, 1992 alertam para tal risco, no feminismo).

Dias (1992: 41) considera que o enfoque feminista é uma das frentes críticas do conhecimento contemporâneo, e alerta para o fato de que o feminismo, se conhecimento de negação, há que também admitir a sua negação, princípios que lhe tem identificado, via historicização dos próprios conceitos.

Ao relacionar gênero e trabalho, Hirata (1989) destaca que os estudos iniciais, feministas, em particular na década de 70, privilegiaram a valorização social do trabalho doméstico, ressaltando também a articulação entre produção e reprodução, rompendo enfoques economicistas na análise das relações sociais.

No Quadro 1 indicam-se acentos diferenciados no debate que articula trabalho e gênero. É comum em tal debate jogar com interações entre o público e o privado, ressaltando tanto a exterioridade e a precedência das realizações das divisões sexuais do trabalho,

fora do espaço da produção de bens e serviços monetarizados, quanto a não necessária causalidade entre divisão técnica sexualizada e divisão sexual do trabalho nas unidades de fabricação (Castro, 1991; Guimarães, Castro, 1987). Nas análises sobre trabalho e gênero também é comum, mais recentemente, destacar os significados simbólicos de vivência do trabalho (Lobo, 1991; Saffioti, 1990; e Heilborn, 1991).

Castro e Lavinias (1992) procedem a uma revisão crítica de alguns conceitos "em uso e abuso nas análises sobre mulher e trabalho" (op. cit. p. 216), e também identificam pontos comuns entre o movimento crítico nas ciências sociais quanto a seus paradigmas e a constituição do saber via gênero:

"Por exemplo, a crítica à ética produtivista, em prol de um conhecimento humanizado; o debate sobre o emocional; a discussão sobre a relação entre produção e reprodução não são específicas do debate feminista. Em outros espaços do conhecimento também se dá esta discussão, tão presente na literatura feminista: relação privado x público, pessoal x político, produção x reprodução".

Mas, no afã militante, essencial por tirar a mulher da invisibilidade social e por ressaltar a vitalidade da vida cotidiana, sexualizada, que se afirmaria por distintos espaços, a tônica do conhecimento sobre mulher e trabalho foi destacar denúncias e apelar para a especificidade. Contudo, algumas vezes se resvalou para o uso acrítico e universalizante de alguns esquemas analíticos.

Castro e Lavinias (1992) referem-se a alcances e limites de distintos paradigmas usados nos estudos sobre mulher e trabalho, como o do patriarcado, o da divisão sexual do trabalho, o da produção-reprodução e o das relações sociais de gênero.

A seguir detenho-me apenas no paradigma da divisão sexual do trabalho, para ilustrar a necessidade da permanente crítica conceitual, considerando práticas sociais. Trato, portanto, da crítica à crítica feminista.

O PARADIGMA DA DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

É consenso que o paradigma da divisão sexual do trabalho em muito enriqueceu o debate sobre o trabalho da mulher nos espaços ditos público e privado. Lobo (1991: 200) avança nessa discussão, ao tempo que reconhece que a divisão sexual do trabalho é uma das divisões nas relações de trabalhos e sublinha que tal paradigma contribuiria ao exorcismo da sociologia do trabalho, seu viés produtivista e generalista:

"As relações entre homens e mulheres são vividas e pensadas enquanto relações entre o que é definido como masculino e feminino - os gêneros. Nesse sentido, a divisão sexual do trabalho é um dos muitos locos das relações de gênero. (...) Abrindo espaço para se pensar as novas questões que preocupam a sociologia do trabalho: as "metamorfoses" do trabalho e o seu questionamento, a subjetividade no trabalho, e as identidades no trabalho, o problema de igualdades e diferenças e as formas contemporâneas de gestão e de políticas sociais".

Guimarães e Castro (1987) resenham posições teóricas diferenciadas sobre os enfoques da divisão social e sexual do trabalho, na literatura feminista até meados da década de 80. Citam no plano do debate teórico, entre outros, Hartman (1976), para quem "a extensão de uma divisão do trabalho ordenada sexualmente, baseia-se na capacidade de controle do chefe da família sobre o trabalho da mulher ou dos filhos, identificando-se assim a base do poder masculino". Já outros autores, enfatizam o "controle da sexualidade e do poder reprodutivo feminino".

Vários estudiosos relacionam o capitalismo e o controle de mercado com mudanças nas estruturas hierárquicas na família; passando, então, a discutir as "hierarquias do mercado de trabalho" (Hartman, 1976; Beneria e Sen, 1981, conforme Guimarães e Castro, op.cit.) e a diversificação de formas de divisão sexual do trabalho, já não mais "centralizadas na família"².

O recurso ao conceito de divisão sexual do trabalho e sua associação com a divisão social do trabalho permitiu sair do pensamento reificador que teve vigência, inclusive, entre correntes do feminismo. Por tal pensamento haveria uma questão geral, a divisão social do trabalho, e questões específicas, como a dos negros e a das mulheres.

As relações entre o geral e os específicos não eram bem delimitadas, pois o esforço de delimitação, em si, pautava-se por dicotomias ou análises que se perfilavam por uma lógica de conjuntos: em alguns casos o geral e os específicos eram conjuntos disjuntos e em outros casos, os específicos, subconjuntos, dispostos de maneiras diversas.

Em uma outra linha, além do geral e do específico, ao se defender que "a classe operária tem dois sexos" também se indicava que no fazer-se classe, na estruturação da divisão social do trabalho, na forma como homens e mulheres vivenciavam o trabalho e eram adjetivados na compra-e-venda do trabalho, confundiam-se relações

² Ver também em Guimarães e Castro (1987) uma resenha de autores brasileiros que, na década de 1970, deram contribuições significativas para o debate sobre mulher no mercado de trabalho.

sociais de produção e de subjetividades, e que estas eram sexuadas e re-produzidas como tal³.

Mas a relação entre divisão social e sexual do trabalho, em alguns casos, parou no reconhecimento de dicotomias, tais como trabalho doméstico, trabalho repetitivo, trabalho que requer presteza manual e trabalho exercido no âmbito da casa como trabalho de mulher, contrapondo-se a trabalho público, qualificado e melhor remunerado como trabalho de homem. Já outros trabalhos se limitaram a descrever diferenças na estrutura ocupacional de homens e mulheres.

GÊNERO, TRABALHO E REBELIÃO

A elaboração de Kergoat (1986) sobre qualificação⁴, considerando a mulher não desprovida ou excluída de qualificação, mas socializada, no âmbito da família e por estereótipos sociais sobre gênero, para determinadas ocupações e processos de trabalhos, enriquece o debate sobre divisão sexual do trabalho de várias formas.

Primeiro, operacionaliza as relações entre reprodução, aqui entendida por um de seus constituintes, a vida na casa/lar, e a produção, vivência das relações sociais no trabalho remunerado;

Segundo, possibilita articular divisão sexual do trabalho com divisão sexual da rebelião. Kergoat enfatiza que a luta por autonomia, das mulheres, seria uma "dupla luta, de classe e de sexo; luta na qual as operárias seriam, ao mesmo tempo, aliadas e antagônicas em relação aos operários".

A relação entre o que chamo de divisão sexual de rebelião e a divisão sexual do trabalho é ainda uma promessa enquanto enfoque de conhecimento (ver contribuições neste sentido em Capellin, 1990 e em Lobo, 1991). A relação entre aquelas divisões - do trabalho e da rebelião - tem potencialidades de crítica a lugares comuns nas análises sobre mulher e sindicalismo.

³ O trabalho de Tilly e Scott (1978), sobre a relação entre perfil produtivo de três cidades francesas no final do século XIX e a composição por gênero e posição no grupo familiar dos trabalhadores em cada uma das cidades analisadas é ilustrativo de pesquisa em que se demonstra o entrelaçamento entre os modelos de divisão social e sexual do trabalho. Segue, em outro trabalho (Castro, 1989), tal modelo em análise sobre famílias monoparentais, matrifocalizadas e famílias compostas por esposos, ou, segundo o censo, com "chefia familiar", comparando distribuições ocupacionais de trabalhadores segundo posição no grupo familiar e sexo/gênero em dois estados, com perfis econômicos diferenciados - Bahia e São Paulo - ressaltando também peculiaridades na absorção de homens e mulheres em cada Estado.

⁴ "As operárias não são operárias não-qualificadas ou trabalhadoras manuais por que são malformadas pela escola, mas porque são bem formadas pela totalidade do trabalho reprodutivo".

As desigualdades por gênero passam pela ordenação da reprodução, uma das instâncias em que os antagonismos entre sexos mais se evidenciam. Por outro lado, não se considera que estaria a reprodução limitada à família. Também não se assume que a família teria como sentido único, ou principal, o de ser sítio de antagonismos entre os sexos. Ora, esta linha de raciocínio, pela qual se relativiza tanto a identificação entre processo - reprodução - a uma instituição - a família -, quanto se relativiza a limitação do processo de reprodução de gênero ao âmbito do privado, empobreceria o entendimento da complexidade e das ambigüidades das relações sociais entre sexos, identificando a família como mundo feminino e o sindicato como "mundo masculino" - expressão comum entre autores que discutem sobre mulher e sindicalismo (Delgado, 1988; Neves, 1988; Humphrey, 1984; e CUT, 1991, entre outros). Tanto na família quanto no sindicato haveria que se indagar sobre as cumplicidades e alianças, em que pese as divisões sexuais percebidas no cotidiano, uma vez que as divisões sexuais, os poderes, podem também se afirmar com formas próprias, não necessariamente com o sentido de hierarquia e subordinação⁵. Heller (1970b: 318) assim se refere à complexidade das divisões sociais (e a de gênero é uma delas):

"A obrigatoriedade dos conhecimentos cotidianos é também muito relativa. Como já dissemos, existe um critério mínimo geral. Porém, daí em diante, a medida da obrigatoriedade varia segundo o posto na divisão do trabalho. As mulheres (até faz pouco, e inclusive hoje sobre este ponto, existe apenas uma mudança teórica) deviam se apropriar de conhecimentos distintos aos dos homens. Contudo, os conhecimentos obrigatórios e os possíveis divergem notavelmente segundo o lugar da divisão do trabalho".

ICONOCLASTIAS NO CONHECIMENTO SOBRE GÊNERO E TRABALHO: O EMPÍRICO

O registro das iconoclastias possíveis (considerando os parâmetros teóricos legitimados) no conhecimento de gênero e trabalho, é extenso. Trabalhos referidos a processos e gestão do trabalho alertam para o aumento da participação das mulheres, mais recentemente, em indústrias dinâmicas (Hirata, 1988, entre outros) e em postos que recorrem a alta tecnologia. E isto questionaria modelos so-

⁵ A relação entre sindicato e gênero, as tensões entre modelos de organização dos trabalhadores, concepções sobre vanguarda, "frente principal de luta" e as que, como a de relação de gênero, privilegiam a cotidianidade, a diversidade, o que não se enquadra ao que normalmente se denomina por produção, pede mais esforço teórico por análises sobre práticas. Tal caminho é objeto de trabalho em elaboração no corpo da pesquisa "Dividindo para Somar...".

bre a participação da mulher no mercado de trabalho nos anos 70 que enfatizavam a concentração de mulheres nas indústrias tradicionais e no setor informal (ver Castro 1989, sobre tal literatura). Mas como advertem Castro e Lavinas (1992) ainda está por ser melhor estudada a relação entre emprego de mulheres e novas tecnologias, o aumento da participação das mulheres casadas (Bruschini, 1989) e a tendência crescente de participação das mulheres no mercado de trabalho remunerado (ver Castro, 1990).

Spindel (1987), utilizando dados da RAIS para as empresas de mais de 10 empregados, demonstra que nos últimos anos o mercado formal viria dando, de fato, certo "tratamento preferencial" à mulher. A taxa média de crescimento anual dos empregados no setor formal no período 1980-84 foi de 1,9% para os homens e de 4,9% para as mulheres. No ápice da crise abriu-se para as mulheres oportunidades de trabalho no mercado formal.

Tal tendência, contrária à esperada, levou vários autores a questionar a propriedade de caracterizar as mulheres como população própria de um exército industrial de reserva (ver Spindel, 1987 e Hirata, 1988), já que elas não seriam substituídas por homens, nos períodos de desemprego. Entretanto esse debate pede mais discussão do que a que me proponho aqui, uma vez que nos períodos de recessão aumenta de fato a seletividade de recrutamento da mão de obra, e as mulheres, em que pese sua entrada em ocupações e postos antes exclusivos de homens, na indústria, como operárias, entrariam, principalmente, na condição de não qualificada ou semi-qualificadas (In Hirata, 1988).

Para o último decênio registra-se um decréscimo relativo de participação das mulheres em atividades agrícolas, um aumento de participação em atividades industriais e uma estabilidade na alta representação em sub-setores de serviços (pessoais e de consumo coletivo). Mas a estrutura de emprego se manteve, a nível de grandes números, com as mulheres concentradas em serviços pessoais e de consumo coletivo e em indústrias tradicionais, enquanto os homens se destacam em ramos como o das indústrias dinâmicas (Bruschini, 1989).

Entretanto quer se considere o mercado formal, isto é, aquele protegido pela legislação trabalhista, quer se enfoque o mercado de trabalho denominado de informal, onde predominam as mulheres, em especial nas atividades de baixa renda, o leque de alternativas ocupacionais para as mulheres, tanto nos períodos de crise como de recuperação, é restrito. As mulheres continuam se concentrando, especialmente, em atividades tais como serviço doméstico, trabalho familiar agrícola, vendas ambulantes e trabalhos de linha de produção na fábrica, sem oportunidades de profissionalização e sem estímulo à ascensão funcional.

Contudo, como já foi comentado, observa-se na última década um aumento da presença da mulher em indústrias dinâmicas, em particular naquelas relacionadas com a produção de bens de capital, como metalúrgica e metal-mecânica, e ligeira diminuição da proporção de mulheres no setor terciário. O volume de mulheres na indústria triplicou. Estudos de caso em fábricas em São Paulo (Humphrey, 1984) chamam atenção para o fato de que administradores de indústrias modernas declaram preferir a mão de obra feminina para certas atividades.

Entre os fatores usados para explicar o aumento da presença das mulheres em indústrias dinâmicas, inclusive em períodos de desaquecimento da economia, destacar-se-iam (Castro, 1989):

Primeiro, a 'performance' da economia, com a expansão de indústrias dinâmicas e a relativa escassez de mão de obra masculina barata, em períodos de recuperação econômica ou no caso das indústrias que se beneficiaram com as crises; e.g. setor metalúrgico e de material mecânico, "exigindo habilidades, destreza e minúcias, consideradas tipicamente femininas" (Gitany et al, 1982 cit. in Guimarães e Castro 1987: 115);

Segundo, o fortalecimento das organizações sindicais, onde a presença do homem é mais significativa. A mulher é classificada pelo empresariado como mais 'dócil'. A preferência por mulher orientar-se-ia pela lógica de controle da força de trabalho;

Terceiro, o crescimento de oportunidades de trabalho de tipo 'colarinho branco', para as mulheres de classe média;

Quarto, o maior potencial da mulher para ser explorada no mercado, recebendo salários mais baixos. Para alguns autores a mulher é socializada para trabalhos repetitivos e monótonos, o que minimizaria seu potencial de crítica ao trabalho no mercado;

Quinto, as mudanças nos processos de trabalho, através dos quais mulheres seriam contratadas para realizar os mesmos trabalhos que os homens, mas em funções com diferentes denominações, recebendo salários mais baixos (in Humphrey, 1984; Hirata, 1988)⁶.

Também são apontados como fatores coadjuvantes à entrada da mulher no mercado de trabalho, na última década: a diminuição das taxas de fecundidade; a proletarização/ pauperização da família trabalhadora, com o rebaixamento do poder de compra do salário do homem, obrigando outros membros da família - em particular

⁶ Guimarães e Castro (1987: 115) bem ilustram os entrelaçamentos entre divisão técnica, social e sexual do trabalho, ao considerarem que:

"as modificações na organização do processo de trabalho introduzidas nas grandes empresas, desqualificando o trabalho em virtude da decomposição de tarefas associadas à rotinização abriu espaço ao aproveitamento de contingentes com menos qualificação técnica; tais modificações ao trazerem consigo a transferência da fábrica para o escritório daquelas funções de planificação e organização ampliaram as ofertas de ocupações culturalmente identificadas como de mulher."

mulheres e crianças - a trabalhar de forma remunerada para manter o mesmo orçamento familiar, o que já havia sido anotado pelo DIEESE (Departamento de Informações e Estudos Inter-Sindicais) em 1975 sobre os efeitos do "milagre brasileiro" no nível de vida do trabalhador); a perda do poder aquisitivo das rendas da classe média; e o êxodo rural masculino e feminino.

ICONOCLASTIAS NO CONHECIMENTO SOBRE GÊNERO E TRABALHO: O TEÓRICO

As mudanças nas relações de gênero que podem intervir na apresentação e recrutamento das mulheres no mercado de trabalho, que se realizam em espaços outros que não o de trabalho (produtivo e reprodutivo), e que estariam alterando significados e relações simbólicas entre eles são comumente rotuladas como fatores culturais. Ora, toda rotulação do social tende ao parcialismo. Identifica-se o aumento de mulheres no mercado de trabalho, com aquelas de classes médias por singularizações da subjetividade, o que se conjuga, também, no caso de algumas frações de classe, a mudanças objetivas, como a perda do poder aquisitivo da família. Ilustraria aquelas singularizações a afirmação por autonomia e emancipação por parte da mulher.

A simples menção a uma dinâmica além do mundo do trabalho, que interviria na compra e venda do trabalho feminino, questiona a essencialidade do paradigma da divisão sexual do trabalho para entender vivências femininas do trabalho, tanto o doméstico quanto o remunerado.

Flax (1991) sugere outros limites ao uso do conceito de divisão sexual do trabalho. Ela critica o uso extensivo do conceito de divisão sexual do trabalho e da referência exclusiva à produção de bens, para a compreensão da ordenação da vida dos sujeitos (homens e mulheres). E reivindica o estatuto de antecedente das divisões sociais entre os sexos, ou das relações de gênero, ou seja, sua vigência fora, além, anterior à organização da produção de bens.

Tal posição, a meu juízo, não implicaria em descartar a lógica capitalista de normatização do trabalho - viés comum em autores que ao invés de enfrentar o desafio da "articulação entre produção e reprodução" (Guimarães e Castro 1987), enfatizam o peso da organização familiar para compreender as exclusões da mulher quanto a rendimento, posição e ocupação na produção, ou consideram as relações de gênero como correndo em paralelo ou estranhas ao tempo histórico de referência - viés próprio do paradigma do patriarcado (ver crítica em Castro e Lavinias, 1992). Segundo Flax (1991: 231):

"As feministas socialistas localizam a causa fundamental dos arranjos de gênero na organização da produção ou na divisão sexual do trabalho. ... Um exemplo dos problemas decorrentes da apropriação não crítica de conceitos marxistas são as tentativas das feministas socialistas de 'ampliar' o conceito de produção para abranger muitas formas de atividade humana. Estes argumentos driblam uma questão essencial: por que 'ampliar' o conceito de produção em vez de desalojá-lo ou a qualquer outro conceito particularmente central do poder autoritário?... A sexualidade não pode ser compreendida como uma 'troca' de energia física, com um 'excedente' (potencialmente) fluindo de encontro a um 'explorador'..."

GÊNERO, TRABALHO E O USO DO CORPO

O registro de divisões sexuais do trabalho, no âmbito da produção, não se limita a análises sobre distribuição setorial ou ocupacional dos trabalhadores, ou sobre processos de trabalho, ou sobre diferenças nas carreiras dos trabalhadores segundo sexo/gênero e na gestão do trabalho, segundo hierarquias sexualizadas pelas quais as mulheres são também "guetizadas" em posições subalternas quanto a chefia e acesso (limitado) à qualificação técnico-formal nas unidades de produção.

É promissor o debate sobre particularidades no controle do trabalho da mulher, nas unidades de produção, via o disciplinamento do corpo e a rebelião sobre tal controle. Segundo Combes e Haicault (1986: 30):

"A partir de 1968, dois temas principais situam-se imediatamente na articulação produção-reprodução, porque mostram as ligações orgânicas de tal articulação: a alienação dos *savoir-faire*, do tempo, da iniciativa, e a degradação da vida cotidiana (na produção e na reprodução) ligadas às novas formas da divisão do trabalho; a apropriação - pelas mulheres - de seus corpos: contra o corpo-máquina, corpo-matriz, corpo-mercadoria, corpo de operária não qualificada doméstica: tema importante da luta das mulheres, precisamente porque nele se exprimem, concomitantemente e num mesmo movimento, a luta de classes e a luta de sexos."

O psicólogo junguiano Corrêa Salles (1992) ressalta a *individuação*⁷ nas relações do ser humano com o trabalho, o amor e o conhecimento, e considera que "nas relações do homem e da mulher para com o trabalho", por sua atividade de reprodução cotidiana da espécie (maternidade e maternagem), a mulher vive não só o tra-

⁷ "Para Jung, 'individuação' é o processo segundo o qual cada ser é formado e se diferencia num ser particular; em que uma pessoa se torna 'ela mesma', um 'indivíduo'. Ou seja, um processo de diferenciação que conduz ao desenvolvimento da personalidade e à realização como indivíduo, o que significa ir mais além de se tornar apenas um fenômeno biológico (...). É importante não confundir individuação com individualismo, egocentrismo, alienação ou mesmo com autismo. A individuação se refere tanto a uma adaptação às condições internas quanto às condições externas,

balho 'doméstico', mas também o remunerado como passando pelo seu corpo. Por outro lado, o corpo da mulher operária passaria a constituinte das formas de controle da trabalhadora.

É muito citado na literatura feminista, como ilustração do uso do corpo feminino nesse tipo de controle, o caso DE MILLUS, em que as trabalhadoras eram submetidas a revistas íntimas ao sair e tinham suas horas de ir ao banheiro controladas. Nessa literatura também se ressalta o significado mais sutil de tal "disciplinarização do corpo" das trabalhadoras, como o de golpeá-las em sua auto-estima, tornando-as mais dóceis. O juiz Sérgio Verani na sentença que pronunciou contra a DE MILLUS em 31 de maio de 1991 (p. 10) assim se refere à mecânica de controle da força de trabalho feminina pela disciplina do corpo:

"Foucault, em Vigiar e Punir (Ed. Vozes, 1977) demonstra como as normas disciplinares - a partir das instituições fechadas e de focos de controle disseminados na sociedade - se tornaram, a partir do século XVII, fórmulas gerais de dominação, através de uma política de coerção individual e coletiva sobre os corpos, os gestos, os comportamentos, modelando 'corpos submissos e exercitados, corpos dóceis' (p. 122). Corpos domesticados e adestrados."

Fazendo uma ponte entre gênero e classe, entre opressão, exploração e totalitarismo, ele acrescenta ainda que:

"Esse absoluto controle disciplinar é mais ainda exacerbado nos países de Terceiro Mundo. Aqui, não basta a mais-valia, roubo legitimado da força de trabalho. É preciso roubar, também, a dignidade e o sentimento, espoliar de pessoas, a sua própria humanidade (...) Não é por acaso que a revista íntima na DE MILLUS foi estruturada, na forma como é, no jornal da década de sessenta, como informa o acusado (fls. 434). (...) Os efeitos da ditadura militar na desorganização humana da sociedade brasileira são muito mais intensos e graves do que se pode imaginar. (...)".

Mas as trabalhadoras da DE MILLUS reagiram, disseram "não"; parando máquinas e deflagrando uma greve em pleno período de recessão aguda da economia, sob ameaça de desemprego, que de fato se concretizou para 10% das operárias, 230 mulheres (cf. Araujo, 1989).

Menicucci de Oliveira (1991: 21) assim reflete sobre corpo feminino e trabalho:

pois sabemos que um indivíduo não pode nem existir nem se formar isoladamente (...) A individuação se trata, portanto, em primeiro lugar, de 'um processo subjetivo de integração' e, em segundo lugar, de 'um processo indispensável de integração objetiva'. Porém, em certos períodos da vida, ora predomina uma, ora outra dessas fases. Por individuação entende-se 'vida', 'vida neste mundo!'" (Corrêa Salles, 1992: 75 e 77).

"(...) pensar, mesmo ao nível da exploração econômica da mulher, um corpo assalariado exige que se leve em conta um conjunto de elementos como sentimentos, sensações, valores éticos, uma postura frente à vida, enfim, que a condição assalariada produz ou nega, na vida da mulher: aqui, o corpo feminino é analisado sob a ótica da sua integralidade bio-psico-social, de tal sorte que a força de trabalho passa a ter um sexo".

O debate sobre divisão sexual do trabalho deveria passar pelo debate sobre outras divisões, como a do poder e a do prazer, e as suas articulações na delimitação de gênero, em distintos espaços.

ENTRE NECESSIDADES E SÍMBOLOS

Por outro lado, resvalar-se-ia para análises abstratas, de puro valor taxonômico, discutir divisão sexual do trabalho, circulando por símbolos e representações, enfoque que vem ganhando campo nas análises sobre trabalho, sem dar conta da realização da divisão social do trabalho. Em tal debate haveria que refletir sobre os impasses do próprio conceito de trabalho, quer nas ciências sociais hoje (Flax, 1991; Lobo, 1991; Capellin, 1990; entre outros), quer em experiência e tempos concretos.

O enfoque de gênero sobre a mulher no mercado de trabalho introduziu importantes debates, como o limite do público *versus* o privado; a antinomia entre o social e o natural; a relação entre a reprodução e a produção; a ênfase na família como *locus* de estruturação de identidade feminina e condicionante da forma como a mulher se apresenta e é representada no mercado de trabalho e a caracterização (discutível) do sindicato como "um mundo masculino" (Humphrey, 1984; Neves, 1991; Lobo, 1991; entre outros). Contudo, se tais modelos têm estatuto axiomático, auto-sustentados, contribuiriam para a formalização de um outro discurso competente, fechado, sem potencialidade de transformação.

No cotidiano, nas práticas sociais (Castro e Lavinias, 1992), no plano das experiências (Thompson, 1963 cf. Lobo, 1991)⁸, os significados e as ambigüidades das relações se afirmam.

Mas quais os limites da individualização do conhecimento? Em que medida o enfoque da cotidianidade⁹ não resvala para a casuística, para o empirismo relativista, freando compreensões além

⁸ "O conceito de experiência tal como definido por E.P. Thompson: resposta mental e emocional seja de um indivíduo ou de um grupo social a muitos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimentos" (Lobo, 1991: 73).

⁹ Para Agnes Heller (1972 cf. Capellin, 1990: 16) cotidianidade referir-se-ia a "a-apropriação pessoal, individual da realidade, uma concepção do mundo, uma aspiração à auto-realização".

das aparências? A potencialidade e os limites do enfoque da cotidianidade, da singularização, (Ver nota 1) de afirmação da cidadania, estaria na forma como se procede a interseção entre desejos e necessidades.

Como se fixam os limites de realização da potencialidade do sujeito e a sua produção por máquinas de serialização da subjetividade? (Guattari, Rolnik, 1986; Guattari, 1992) As demarcações de classe, as impossibilidades materiais, em suma, o terrível da violência objetiva dos tempos de cólera, na América Latina, e de realização da "crise de civilização" impõe (nem sempre de maneira impositiva) trilhos não somente à realização dos desejos, mas à sua própria produção. Gorostiaga (1991: 23) assim se refere a "crise da civilização":

"É revelador que, quando se anuncia o 'fim da história' e o triunfo do sistema capitalista ocidental, o Banco Mundial publique o Informe sobre o Desenvolvimento Mundial 1990: A Pobreza como a questão mais urgente da década. O fenômeno de um bilhão de pessoas com uma renda menor que 370 dólares anuais não somente é vergonhoso, mas também insustentável. Esta crise não é apenas de distribuição e equidade, mas uma crise de valores e de destino para a humanidade. É por isso que a qualificamos como crise de civilização. A sociedade mundial não é nem estável nem sustentável nestas condições. A democracia e suas demandas são irrealizáveis para as maiorias da população, o que tende a provocar uma ingovernabilidade crescente.... O que temos qualificado de Democracia de Baixa Intensidade para a América Latina é um produto mais estrutural que conjuntural, proveniente da incapacidade da base material de sustentar inclusive estes incipientes processos de democratização".

Mas as necessidades materiais, seus significados símbolos e desejos, nem se separam, nem se confundem. Não tem relações causais, lineares, nem se constituem, por outro lado, em autonomias, quer absolutas, quer relativas.

Com o conceito de gênero busca-se a historicidade de estereótipos, os símbolos que legitimam assimetrias nas relações entre homens e mulheres, os interesses político-econômicos que atualizam subordinações, as cumplicidades entre vítimas e algozes, e, principalmente, as potencialidades de rebelião. Portanto, não bastaria entender a cotidianidade de homens e mulheres, por práticas discursivas, ou representações dos indivíduos, nem retomar os modelos tradicionais dos determinantes estruturais. Re-tecer nós entre indivíduos e a sociedade, biografias e tempos históricos, realização das sociedades de classes (sistemas de relações econômicas, de raça e de gênero, por exemplo), é desafio contemporâneo ao conhecimento. Em outro ensaio, (Castro e Lavinas, 1992: 242), assim apresentamos tal postura:

"O conceito de relações sociais de gênero renova o repisado debate entre classe e sexo. Nas relações entre as classes, os indivíduos se apresentam uns aos outros e se vêem nesta relação mediados por suas práticas de vida mais imediatas, e nestas jogam as referências culturais e ideológicas".

cas relativas a sua própria categorização, no caso o ser homem ou ser mulher, que se relacionam na/além da produção de bens e serviços, adentrando a reprodução cotidiana da existência. O desafio é identificar em cada prática, em cada relação, a produção das subordinações, das resistências e das cumplicidades".

A promessa deste salto paradigmático é sair do círculo de giz do jogo das dualidades e/ou articulações, resgatando a noção de totalidade da vida social, sem perder a riqueza de cada relação (Saffioti, 1992), cada uma delas sendo transversa ao todo social (Ferrand, 1988).

GÊNERO: O FEMININO, O MASCULINO E O HUMANO

Os estudos sobre participação da mulher no trabalho, tanto doméstico quanto remunerado, assim como aqueles voltados para a participação das mulheres nos sindicatos, privilegiam estudos de casos, ou a conjugação de análises quantitativas e qualitativas. Em tais estudos, ressalta-se a linguagem das mulheres e a análise das relações, inclusive entre os "iguais", em termos de posição de classe, para o reconhecimento não de especificidades, mas das articulações entre singularidades na totalidade (Castro e Lavinas 1992). Contudo, se reconhece que ainda é uma promessa melhor conhecer o "outro", o homem.

Em que medida o privado, a família, a sexualidade, os estereótipos sobre identidade sexual também não intervêm na sua participação no público, e como nas relações de gênero constrói-se o masculino e a percepção deste, e a sua relação com o feminino?

De fato, se nos estudos sobre mulher e trabalho a ênfase era tirar a mulher da invisibilidade e desvendar desigualdades e discriminações no assalariamento e na gestão do processo de trabalho, reivindicando igualdade de tratamento, já com o enfoque de gênero, igualdade e diferença não são opções apriorísticas, nem metas analíticas. Redireciona-se a discussão para o humano, diversificado e assimétrico, em termos de relações entre os sexos, com o cuidado de garantir o reconhecimento do ser homem e do ser mulher. Não se trataria, portanto, de substituir uma história dos homens por uma história das mulheres, ou traçá-las em paralelo, mas entender a dinâmica das relações sociais, como sexualizadas. Tal orientação é assim expressa pelos historiadores Duby e Perrot (1992: 16), na Introdução à obra "História das Mulheres:

"Longtemps l'histoire fut celle des hommes, conçus comme les représentants de l'humanité. De multiples travaux-pour la période contemporaine ils se comptent par milliers-ont montré que les femmes aussi ont une histoire et sont des acteurs historiques part entière. Mais il ne s'agit plus, impasse théorique qui peut conduire à des contresens historiques, de les

étudier isolément, comme dans un vacuum, bien plutôt de proposer une approche sexuée du siècle, d'introduire dans l'histoire globale la dimension du rapport entre les sexes, le "gender" des Américaines qu'on peut traduire par le français "genre", l'italien "genere", l'allemand "Geschlecht". Avec la conviction que ce rapport entre les sexes n'est pas un fait de nature mais une relation sociale construite et sans cesse remodelée, à la fois effet et moteur de la dynamique sociale".

GÊNERO E PODER

Gênero Como Saber Essencialista

Por outro lado, se a recusa à universalidade revela heterogeneidades, a tolerância com a pluralidade questiona o essencialismo de cada saber em si. Autores feministas defendem que "a classe operária tem dois sexos" (Lobo 1991), chamando a atenção para as formas e significados próprios com que a mulher e o homem vivem não só a relação capital e trabalho, mas também as formas de oposição a tal relação, nas práticas sindicais (Capellin 1990) e relações de poder que se reproduzem, quer no espaço da produção de bens, a fábrica, quer no espaço da produção da classe operária, o sindicato. Autores feministas recusam a onipotência da lógica da produção para explicar dominações e resistências, identificando o privado, a família, o trabalho doméstico como constructos que são partes de vivências da mulher quer no privado, quer no mercado.

Contudo, as mulheres negras questionaram a potencialidade de parâmetros feministas (como a universalidade da divisão sexual do trabalho, da dupla jornada de trabalho, da reclusão ao privado) para a compreensão da sua situação, quer nas relações capital e trabalho, quer nas interações entre sexos/gêneros. No início da década de 1980, nos Estados Unidos, vários trabalhos escritos por autoras negras (ver referências em De Lauretis, 1987: 10) criticariam o feminismo "convencional". O público e o privado, para elas, historicamente, teriam outros significados¹⁰. O trabalho mercantilizado nem significou uma conquista, nem esteve dissociado do trabalho doméstico. Na história das mulheres negras, o outro opressor, mais imediato, era percebido como outra mulher, a sinhá, a sinhazinha, a patroa, a dona da casa (Chaney e Castro 1989). Note-se que no

¹⁰ Estudo de Graham (1989) sobre escravas e sinhás e sinhazinhas no Rio de Janeiro de 1870 dá conta das diferenças no uso do espaço público e a sua percepção por aquelas mulheres. Enquanto as 'patroas' viviam praticamente reclusas, significando o público, o lugar do perigo, do pecado, e a casa, o lugar de proteção, do controle e do exercício da autoridade, já para algumas 'servas', a rua era tanto lugar de trabalho quanto de liberdade, de exercício do lúdico e do erótico, ou seja, espaço de vida privada, longe dos patrões, e a casa, lugar de trabalho, não necessariamente de proteção, mas de disciplinarização e punição.

Brasil, em 1988, cerca de 17% dos homens brancos concentravam-se nas faixas de rendimento até um salário mínimo. Entre os homens negros tal contingente dobrava (33%), aproximando-se ao de mulheres brancas (30%), sendo que todos esses grupos estavam bem aquém da proporção de mulheres negras, em tal umbral de pobreza (52,5%).

As críticas das mulheres negras indicaram o limite do princípio de gênero como "diferença sexual" (De Lauretis, 1987), que definiria a mulher como outro universalizado em oposição a um só outro, o homem, também universalizado.¹¹

A classe operária tem dois sexos, sim, mas também distintas referências étnicas e de geração, e cada uma dessas categorias (gênero, etnicidade e geração) teriam códigos sociais próprios.

Sem considerar outras clivagens que não gênero, como etnicidade e geração, e "a cumplicidade ou negação dos sujeitos, no caso as mulheres" na re-produção das divisões sexuais do trabalho. Circular-se-ia, ademais, no plano das idealizações conceituais auto referidas.

GÊNERO, PODER? GÊNERO, CULTURA? GÊNERO UMA CULTURA DE PODER? GÊNERO, PRÁTICA

Com o conceito de gênero desnaturaliza-se, para alguns autores, a categoria sexo, defendendo-se que relações de gênero são relações sociais¹², plasmadas na cultura, por assimetrias de poder, sustentadas por símbolos, por um mundo sensível, e por razões, por um mundo inteligível, racional.

No Quadro 1 ilustram-se variações sobre o conceito de gênero, selecionando autores que concordam na potencialidade desse

¹¹ The first limit of 'sexual difference(s)', then, is that it constrains feminist critical thought within the conceptual frame of a universal sex opposition (woman as the difference from man, both universalized; or woman as difference tout court, and hence equally universalized), which makes it very difficult, if not impossible, to articulate the differences of women from Woman, that is to say, the differences among women or, perhaps more exactly, the differences within women." (Laurentis, 1987: 2).

¹² Referindo-se à definição de gênero, nos dicionários da língua inglesa, Lauretis (1987: 4) ressalta como o termo se refere a representação de relações entre entidades, classes ou grupos de categorias:

"So gender represents not an individual but a relation, and a social relation; in other words, it represents an individual for a class.... Gender is not a sex, a state of nature, but the representation of each individual in terms of a particular social relation which pre-exists the of a particular social relation which pre-exists the individual and is predicated on the conceptual and rigid (structural) opposition of two biological sexes. This conceptual structure is what feminist social scientists have designated 'the sex-gender system'.

conceito para dar conta da alteridade, construída nas relações sociais, portanto afastando-se de sexo como indicador de uma divisão natural de atributos. Enquanto a ênfase de alguns autores é na assimetria entre os sexos nas relações de poder (Scott, 1990, Molineux 1984, Lobo 1991, Saffioti 1992, e Castro 1991, entre outros), outros mais debatem cultura, alguns deles destacando a influência das relações de parentesco (Collier e Rosaldo, 1981; Heilborn, 1992; entre outros), enquanto outros frisam as particularidades dos esquemas simbólicos, pois, segundo Heilborn (1992: 100):

"O sistema de gênero não é autocontido, emaranha-se no parentesco, no religioso, no econômico, etc. A cultura é uma casa de espelho".

O debate sobre se a mais apropriada identificação seria entre gênero e poder, ou entre gênero e cultura, é bem situado por Machado (1992), que defende que tais identificações trariam as marcas originais das disciplinas do conhecimento. Assim na Sociologia, "diferentemente da Antropologia, a tendência é a da manutenção do total recobrimento da relação de gênero como relação de poder" (Machado, 1992: 35). O desafio para o conhecimento sobre gênero estaria em romper amarras conceituais 'monísticas', trilhar a transversalidade (Castro e Lavinias, 1992), o diálogo entre o feminismo e a academia (Machado, 1992), a multidisciplinaridade (Dias, 1992).

Mas o desafio maior estaria na iconoclastia doméstica, rejeitando a tendência tanto a acomodar-se em discursos absolutos, hegemônicos, quanto a perder-se na fragmentação da micro-política, das representações. Para De Lauretis (1987)¹³, gênero seria um conhecimento construído nos interstícios, na própria ambigüidade de estar em, através e contra discursos. Gênero, a partir de tais questionamentos, seria um conhecimento não sobre práticas, mas que se constrói como prática do conhecimento, inclusive na cotidianidade do/da conhecedor/ra, em se conhecendo ou se re-conhecendo.

PÓS-ESCRITO

No plano do reconhecimento, uma reflexão primeira, a margem deste ensaio, lançada como provocação para debates posteriores.

¹³ "The subject of feminism I have in mind is one not so defined, one whose definition or conception is in progress, in this other feminist critical texts; and to insist on this point one more time, the subject of feminism, much like Althusser's subject who, being completely "in" ideology believes himself to be outside and free of it, the subject that I see emerging from current writings and debates within feminism in one that in at the same time inside and outside the ideology of gender, and conscious of being so, conscious of that twofold pull, of that division, that doubled vision" (Lauretis, 1987: 10).

Se o conhecimento de/sobre gênero instaure-se por questionamentos que rompem a divisão entre sujeito e objeto, nutrindo-se na crítica ego e alter referenciada, além da que tem nos paradigmas firmados, balizamento, então as práticas cotidianas do sujeito conhecedor não seriam externas, dissociadas do discurso normativo. Ambos realizam-se na micropolítica de múltiplos textos, interlocutores muitas vezes mudos ou surdos. Gênero é um conhecimento do qual não se sai impune, se coerente com seu 'leitmotiv', a transgressão, a singularização criativa. Mas, tal transgressão comporta também travestismos, serializações, reducionismos. Se gênero pauta-se por olhar, vivenciar relações, quando os textos se separam e as trajetórias se bifurcam, dão-se as divisões. Ora, se o conhecimento fica restrito a estas divisões, por mais bem intencionado que seja, em sua missão denunciante de opressões - caso do recurso ao conceito de divisão sexual do trabalho - pode-se incorrer em dois caminhos que comprometem a perspectiva de gênero:

Primeiro: circular em um conhecimento determinista, essencialista, inclusive parcial. As divisões só seriam compreendidas via uma perspectiva de gênero se conjugadas a relações - imagine-se a referência não mais à divisão, mas à relação sexual do trabalho! Trabalhar com a noção de divisão, quer seja, do trabalho, do poder ou do prazer, implica, se da perspectiva de gênero se trata, ultrapassar divisões e buscar, nestas, significados sociais, reinterpretar e símbolos, identificando bases relacionais;

Segundo, reproduzir no dia-a-dia modos de pensar-e-viver-e-sentir tradicionais, recorrendo-se, contudo a um novo conceito, gênero. A trajetória de vida de pesquisadores(as) sobre gênero, por relações/divisões sexualizadas do trabalho, poder e prazer é tema ainda inexplorado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Clara.

1989 Ainda sobre o caso De Millus. *Presença da mulher*. São Paulo, v.4, n.14, p.07, out/dez.

BOURDIEU, Pierre.

1989 *O poder simbólico*. Lisboa: Difel. 310 p.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha.

1989 Tendências da força de trabalho feminina brasileira nos anos setenta e oitenta: algumas comparações regionais. *Textos da Fundação Carlos Chagas*, São Paulo, n.l.

CAPPELIN, Paola.

1989 Silenciosos e combativos: as contribuições das mulheres na estrutura sindical no Nordeste. In: COSTA, Albertina Oliveira, BRUSCHINI, Cristina (orgs.) *Rebeldia e submissão*. São Paulo: Vértice, p.255-308.

- 1990 Emprego, família e debate sindical: a discussão sobre a divisão sexual do trabalho. In: SEMINÁRIO FRANCO-BRASILEIRO MERCADO DE TRABALHO. ESTRATÉGIAS FAMILIARES E PROCESSOS DE ASSALARIAMENTO. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ. 33 p.
- CASTRO, Mary Garcia.
1989 *Family, gender and work: the case of female heads of household in Brazil (states of São Paulo and Bahia - 1950-1980)*. Gainesville: (Tese Doutorado em Sociologia) Universidade da Florida. 475 p.
- 1990 Mulher e crise no Brasil. A mulher no mercado de trabalho urbano dos anos 80. *Cadernos do CEAS*, Salvador, n.129, p. 64-79, set/out.
- 1991 A dinâmica entre classe e gênero na América Latina: apontamentos para uma teoria regional sobre gênero. In: NEVES, M.G.R, COSTA, D.M. (co-ords). *Mulheres e políticas públicas*. Rio de Janeiro: IBAM/UNICEF. p. 39-69.
- CASTRO, Mary Garcia, LAVINAS, Lena.
1992 Do feminino ao gênero: a construção de um objeto. In: COSTA, Albertina O., BRUSCHINI, Cristina (orgs) *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, p. 216-251.
- CHANEY, Elsa M. CASTRO, Mary Garcia.
1989 *Muchachas no more: Household workers in Latin América and Caribbean*. Philadelphia: Temple University Press, 486 p. COLLIER, Jone, ROSALDO, Michelle.
1981 Politics and gender in simple societies. In: OTNER, S., WHITEHEAD, H. (eds.) *Sexual meanings: the cultural construction of gender and sexuality*. Cambridge: University Press.
- COMBES, Daniele, HAICAULT, Monique.
1986 Produção e reprodução. Relações sociais de sexos e de classes. In: KARTCHEVSKY-BULPORT, André. *O sexo do trabalho*. Trad. por Sueli Tomazini Cassai, Rio de Janeiro: Paz e Terra. p.23-43. Trad. de Le sexe du travail - structures familiales et système productif.
- CORREA SALLES, Carlos Alberto.
1992 *Individuação. O homem e suas relações com o trabalho, o amor e o conhecimento*. Rio de Janeiro: Imago. 101p.
- COSTA, Albertina Oliveira, BRUSCHINI, Cristina (orgs).
1992 *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos. 336p.
- COSTA, Jurandir Freire.
1988 Narcisismo em tempos sombrios. In: BIRMAN, Joel. *Percursos na história da psicanálise*. Rio de Janeiro: Taurus.
- CUT [REVISTA].
1991 Mulheres trabalhadoras rurais: participação e luta sindical. São Paulo: CNQMT/DNTR/CUT, maio. 58p.
- DE LAURETIS, Teresa.
1987 *Tecnologies of gender: essays on theory, film, and fiction*. Indianápolis: A midland Book. 151p.
- DELGADO, Maria Berenice Godinho.
1988 A CUT e as lutas da mulher trabalhadora. *CUT [Revista]*. Não é blá, blá, blá... mulher trabalhadora. São Paulo, set.

- DIAS, Maria Odila L. da Silva
 1992 Teoria e método dos estudos feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano. In: COSTA, Albertina Oliveira, BRUSCHINI, Cristina (orgs). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, p. 39-53. DUBY, Georges, PERROT, Michelle.
 1992 *Histoire des femmes en Occident. Le XX siècle*. Paris: Plon.
- FERRAND, Michèle.
 1988 Reflexões metodológicas sobre uma abordagem em termos de relações sociais de sexo. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 13. 1988, Caxambu. (GT. Mulher na força de trabalho)
- FLAX, Jone.
 1991 Pós-modernismo e relações de gênero na teoria feminista. In: BUARQUE DE HOLANDA, Heloisa (org.). *Pós-modernismo e política*. Rio de Janeiro: Rocco.
 GOROSTIAGA, Xavier.
 1991 A América Latina em face dos desabafos globais. *Cadernos do CEAS*, Salvador, n.135, p. 16-39, set/out. GRAHAM, Sandra Lauderlale.
 1989 Servants and masters in Rio de Janeiro: perceptives of house and street em the 1870s. In: CHANEY, Elsa M. CASTRO, Mary Garcia. *Muchachas no more: Household workers in Latin América and Caribbean*. Philadelphia: Temple University, p. 67-80.
- GUATTARI, Félix.
 1990 *As três ecologias*. Campinas: Papirus. 56 p.
 1992 *Coosmose: um novo paradigma estético*. Rio de Janeiro: Ed. 34. 203 p.
 _____, ROLNIK, Suely.
 1986 *Micropolítica. Cartografias do desejo*. 2. ed. Petrópolis: Vozes. 227p.
- GUIMARÃES, Iracema, CASTRO, Nadya.
 1987 Divisão sexual do trabalho, produção e reprodução. *Cadernos de Estudos Sociais*, Recife, v.6, n.1, p.101-130, jan./jun.
- HARTMAN, Heidi.
 1976 Capitalism, patriarchy and job segregation by sex. *Signs. Journal of Women in Culture and Society*, Chicago, v.1, n.3, p.137-169. HEILBORN, Maria Luiza.
 1991 Gênero e condição feminina: uma abordagem antropológica. In: NEVES, M.G.R., COSTA, D.M. (coords) *Mulheres e políticas públicas*. Rio de Janeiro: IBAM/UNICEF. p. 23-38.
- 1992 Fazendo gênero? A antropologia da mulher no Brasil. In: COSTA, Albertina, BRUSCHINI, Cristina (orgs). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, p. 93-126. HELLER, Agnes.
 1970a *O cotidiano e a história*. São Paulo: Paz e Terra, 121p.
 1970b *Sociologia de la vida cotidiana*. Barcelona: Ed. Provença. 416p.
- HIRATA, Helena.
 1987 Pesquisas sociológicas sobre relações de gênero na França. (Núcleo do estudo da mulher e relações sociais de gênero). *Cadernos da USP*, São Paulo.
 _____ . 1988 O trabalho da mulher e a crise econômica. CUT [REVISTA]: Não é Blá, Blá, Blá... Mulher Trabalhadora. São Paulo: set.

- HUMPHREY, John. 1984 Trabalho feminino na grande indústria paulista. *Cadernos Contribuições*. São Paulo, n.3.
- KERGOAT, Danièle.
1986 Em defesa de uma sociologia das relações sociais: da análise crítica das categorias dominantes elaboração de uma nova conceituação. In: KARTCHEVSKY-BULPORT, André. *O sexo do trabalho*. Trad. por Sueli To-mazini Cassai. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p.79-93. Trad. de Le sexe du tra-vail - structures familiales et système productif. LOBO, Elizabeth Souza.
1990 O trabalho como linguagem: o gênero no trabalho. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 14. 1990, Caxambu. (mimeo).
- 1991 *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. São Paulo: Brasiliense. 285 p.
- MACHADO, Lia Zanotta.
1992 Feminismo, academia e interdisciplinaridade. In: COSTA, Albertina Oliveira, BRUSCHINI, Cristina (orgs) *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, p. 24-38.
- MENICUCCI DE OLIVEIRA, Eleonora.
1991 Identidade feminina. O lugar do corpo. CUT. Camuflagem e transparência: as mulheres no sindicato. São Paulo: CEDI. p. 21-22. MOLINEUX, Maxine.
1984 Movilización sin emancipación? Los intereses de la mujer, estado y revolución en Nicaragua. *Desarrollo y Sociedad*, [s.l.], n.13, p. 177-197, enero. NEVES, Magda de Almeida.
1988 Divisão sexual do trabalho e relação de gênero: anotações sobre o tema. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 12.1988, Águas de São Pedro (mimeo).
- 1990 *As trabalhadoras de Contagem: uma história outra, uma outra história*. São Paulo: 2v. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- NEVES, M.G.R. (coord).
1991 *Mulheres e políticas públicas*. Rio de Janeiro: IBAM/UNICEF.
- RIO DE JANEIRO. Processo.
1991 Processo n.3673, 31 de maio de 1991. *Sentença contra a DE MILLUS*. Poder Judiciário. Juiz VERANI, Sérgio. 15 p. (mimeo)
- SAFFIOTI, Heleieth. J. B.
1992 Rearticulando gênero e classe no Brasil. In: COSTA, Albertina Oliveira, BRUSCHINI, Cristina (orgs) *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, p. 186-21.
- SCOTT, Joan.
1990 *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. *Educação e Realidade*, v.16, n.2, p.5-22. SPINDEL, Cheywa R.
1987 A mulher frente crise econômica dos anos 80 (Algumas reflexões com base em estatísticas oficiais). *Cadernos do instituto de Estudos Econômicos Sociais e Políticos de São Paulo*. São Paulo, n.18.
- THOMPSON, E. P.
1963 *The making of the english working class*. New York: Vintage Books. 848p.
- TILLY, Louise, SCOTT, Joan.
1978 *Women, work and family*. Londres: Renehar Tond Wiston, 350p.

**QUADRO SÍNTESE SOBRE CONCEITUALIZAÇÃO DE GÊNERO
(A) AUTORAS ESTRANGEIRAS SELECIONADAS**

AUTORA GÊNERO	Maxine Molineux ⁽³⁾ 1984	Joan Scott ⁽⁴⁾ (1990)	Teresa de Lauretis ⁽²⁾ (1987)	Helena Hirata ⁽¹⁾ (sobre as francesas) (198?)
CONCEITO	Mulher (interesses estratégicos de sexo): Ligados aos atributos de sexo	Gênero: elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos e forma primeira de significar as relações de poder.	Gênero; como representação, que é também sua própria construção, não só onde parece mais óbvio, como nos "aparelhos ideológicos de estado", mas até no feminismo. Paradoxalmente, sua construção é também afetada pela sua desconstrução.	Relações sociais de sexo
MULHER	Divide os interesses da mulher em 3 tipos: da mulher (sujeito histórico); estratégicos de sexo; práticos de sexo; o segundo é o equivalente a gênero.	Estudos de gênero substituindo estudos de mulher, na busca de legitimidade acadêmica. Se o termo gênero perde em força política, ganha em seu conteúdo social e relacionai das distinções baseadas no sexo.	Crítica a idéia de mulher universal, uma essência arquetípica de mulher. Ênfase na diversidade: diferentes mulheres na Mulher.	Preocupação em superar guetos teóricos (women studies)
RELAÇÃO	Relações políticas das mulheres com o Estado.	Relações de gênero como relações de poder, que portanto, implicam hierarquias. Incluem ainda a noção de reciprocidade na definição normativa do que é ser mulher ou ser homem.	Gênero é representação da relação, ao fato de se pertencer a uma classe ou grupo. Gênero constrói a relação entre uma entidade e as outras, previamente constituídas como classe. Representa, portanto, um indivíduo para a classe.	Ênfase nas relações sociais.
PODER	Subjacente à toda a discussão; interesses determinados pelo político e pelo ideológica.	Aspecto central. Gênero como modo primeiro de significar as relações de poder. Campo privilegiado de articulação de poder.	Parte da noção de micropoder (Foucault), para entender gênero, seja representação ou auto-representação, como produto de várias tecnologias sociais, capazes de controlar o campo de significados sociais, produzindo e "implantando" essas representações de gênero.	Conteúdo central tanto nas historiadoras como nas sociólogas; preocupação em articular gênero e classe.
DIFERENÇA	Heterogeneidade entre mulheres; interesses mediados por classe social e grupo étnico, de modo complexo e, às vezes, conflitivo.	Gênero como diferença percebida entre os sexos.	Crítica ao gênero como diferença sexual, que dificulta, ou torna impossível, articular diferenças entre mulheres. O sujeito constituído em gênero (na experiência de raça e classe) não é único e dividido, mas múltiplo e contraditório.	

**QUADRO SÍNTESE SOBRE CONCEITUALIZAÇÃO DE GÊNERO
(A) AUTORAS ESTRANGEIRAS SELECIONADAS
(continuação_**

AUTORA	Maxine Molineux(3)	Joan Scott(4)	Teresa de Lauretis(2)	Helena Hirata(1) (sobre as francesas) (198?)
GÊNERO	1984	(1990)	(1987)	
CULTURA SIMBÓLICO		Como diferenças percebidas, gênero inclui 4 elementos interrelacionados: símbolos culturais, conceitos normativos, organizações e instituições sociais e identidade subjetiva.	O sistema de gênero, como sistema simbólico, correlaciona sexo com conteúdos culturais, de acordo com valores sociais e hierarquias. Sempre interconectado com fatores econômicos e políticos, em cada sociedade.	
TRABALHO				Os estudos iniciais sobre trabalho doméstico desembocam na articulação produção/reprodução; rompem c/enfoque economicista para enfatizar relações sociais.
ORIGENS DA OPRESSÃO	De natureza multicausal com extrema variabilidade de suas formas de existência através das classes sociais e das nações.			
CAMPO DISCIPLINAR	Sociologia	História	Cinema	Sociologia História

FONTE: AQUINO, Estela M. Leão de; GUIMARÃES, Maria Helena P. & MENEZES, Greice M. de Souza. In: Trabalho apresentado no curso "Relações de gênero e de geração em processos de produção e reprodução social. Enfoque comparativo latino-americano." (Orientadora Mary Garcia Castro. Mestrado em Sociologia (FFCH/UFBA). Salvador, 1992.

Referências bibliográficas

- 1 - HIRATA, Helena. Pesquisas sociológicas sobre relações de gênero na França. (Núcleo de Estudos da Mulher e Relações Sociais de Gênero). Cadernos da USP, São Paulo
- 2 - LAURETIS, Teresa de. The Technology of Gender. In: _____ The Technologies of Gender. Indianapolis, A Midland Book, 1987. p.1-30.
- 3 - MOLINEUX, Maxine. Movilización sin emancipación? Los intereses de la mujer, estado y revolución en Nicaragua, [s.l.], n.13, p.177-97, enero, 1984.
- 4 - SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade, (Porto Alegre,) v.16, n.2, p.5-22, 1990.

QUADRO SÍNTESE SOBRE CONCEITUALIZAÇÃO DE GÊNERO (B)
AUTORAS NACIONAIS SELECIONADAS

AUTOR	Mary G. Castro ⁽¹⁾	M ^{te} Luiza Heilborn ⁽²⁾	Heleieth Saffioti ⁽³⁾	Elizabeth Souza-Lobo ^(4,5)
A GÊNERO	1991	(1990)	(1990)	(1991)
CONCEITO	Gênero: construção sociológica, político-cultural do termo sexo.	Gênero: distinção entre atributos culturais alocados a cada um dos sexos e a dimensão biológica de seres humanos. Elemento constitutivo da razão simbólica.	Gênero: maneira de existir do corpo, entendido como campo de possibilidades culturais recebidas e reinterpretadas; se constrói-expressa através de relações sociais (de poder), em processo infinito de modelagem-conquista de seres humanos.	Gênero: partilha a definição de Scott, enfatizando a dimensão de subjetividade sexuada do conceito adotado.
MULHER	Libertação da mulher não se equívale à de gênero, que só é possível atacando-se estereótipos masculinos e femininos e suas respectivas bases materiais de "re-produção". Utopia passa pelo fim do gênero e não do			Crítica aos guetos teóricos; gênero permite ampliar interlocutores acadêmicos e políticos; surge junto c/a crise de paradigmas dominantes.
RELAÇÃO	Compreensão sobre identidade feminina passa pela análise da masculina e do comum ao humano. Feminino e masculino são construções de gênero no humano levando à necessidade de análises comparativas e relacionais.	Ênfase na perspectiva relacional e sistêmica da construção de papéis e de identidades sexuais.	Relações de gênero como relações de poder, contraditórias, onde ambos os pólos detêm uma parcela desse poder. Mulheres sobrevivem, não só pelos poderes femininos, mas pela luta que travam com os homens.	Relações implicam hierarquias, sendo relações de poder, que se modificam historicamente.
PODER	Aspecto central. Defende a necessidade de relacionar o nível molecular (práticas individuais) e a base material social molar (teia de poderes). Pretende, na análise, articular classe (como conceito marxista) e categorias como gênero, geração e raça (alquimia), entendendo que a vivência em cada uma dessas é parte da realização como sujeito de uma classe.		Aspecto central entendendo gênero como poder. Adota o conceito de Foucault - constelações dispersas de relações de poder, discursivamente constituídas em campos sociais de força - mais adequado à análise micro, espaço de poder da mulher.	Aspecto central, entendendo gênero como relações de poder.
DIFERENÇA		Atributos culturais / características biológicas	Ênfase na diferença como base para a construção do poder, que só pode ser desafiado no terreno mesmo da diferença.	Como Scott, entende gênero como diferenças percebidas.

QUADRO SÍNTESE SOBRE CONCEITUALIZAÇÃO DE GÊNERO
(B) AUTORAS NACIONAIS SELECIONADAS
(continuação)

AUTORA GÊNERO	Mary G. Castro ⁽¹⁾ 1991	M ^a Luiza Heilborn ⁽²⁾ (1990)	Heleieth Saffioti ⁽³⁾ (1990)	Elizabeth Souza-Lobo ^(4,5) (1991)
CULTURA	Crítica à noção idealista de cultura; gênero se realiza através de ideologias, que como apropriações político-econômicas do cultural, se dão como totalidades em lugares e períodos determinados.	Conteúdo da diferença é cultural.		
SIMBÓLICO		Gênero como constitutivo da razão simbólica, categoria universal do pensamento humano.	Ressalta o componente simbólico da sexualidade. Este simbólico nutre e é nutrido por uma base material da qual não pode ser separado.	Crítico a perspectiva estrutural, onde representações simbólicas são neutras, aponta novo caminho teórico na busca de significações e problematização das subjetividades.
TRABALHO	Ressalta a importância de se articular, na análise da divisão sexual do trabalho, o público e o privado. Crítica a tese da "feminização da pobre".	Papel da mulher na reprodução implica divisão sexual do trabalho na família que, por mecanismos ideológicos, se estende a outros domínios.	Crítica a visão do ser humano como força de trabalho, ignorando-o como protagonista de outros papéis sociais. Ênfase na dimensão subjetiva: razão e emoção na produção de mercadorias e na reprodução.	Limites da divisão sexual do trabalho, que deve ser articulada a gênero permitindo a problematização de questões do campo do simbólico.
ORIGENS DA OPRÊSSÃO	Questão secundária. No modo de produção capitalista, como totalidade, as relações que a perpetuam se reproduzem porque servem a interesses, ainda que não engendradas para esse fim. Gênero se realiza em uma sociedade de classes.	Ênfase na reprodução e nas estruturas de parentesco.	Recusa a noção de que essa se situe na família. Também discorda da autonomia do patriarcado e do capitalismo, adotando o conceito de "simbiose" entre os dois sistemas.	Falso problema; propõe abandono de lógica causal fundada em estrutura determinante, para a busca de significações (como ao invés de porque).
CAMPO DISCIPLINAR	Sociologia	Antropologia	Sociologia	Sociologia

FONTE: AQUINO, Estela M. Leão de; GUIMARÃES, Maria Helena P. & MENEZES, Greice M. de Souza. In: Trabalho apresentado no curso "Relações de gênero e de geração em processos de produção e reprodução social. Enfoque comparativo latino-americano." (Orientadora Mary Garcia Castro. Meitrado em Sociologia (FFCH/UFBA), Salvador, 1992.

Referências bibliográfica

- 1 • CASTRO, Mary. A dinâmica entre classe e gênero na América Latina: apontamentos para uma teoria regional sobre gênero. In: NEVES, M.G. (coord.) Mulher e políticas públicas. Rio de Janeiro, IBAM/UNICEF, 1991. p.39-71.
- 2 - HEILBORN, M^a Luiza. Gênero e condição feminina: uma abordagem antropológica. In: NEVES, M. G. op.cit. p.23-38.
- 3 - SAFFIOTI, Heleieth. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, A.O. & BRUSCHINI, C. (org.) Uma questão de gênero. Rio de Janeiro
- 4 - SOUZA-LOBO, Elizabeth. Os usos do gênero. In: _____ A classe operária tem dois sexos. São Paulo, Brasiliense, 1991. p.185-191.
- 5 • SOUZA-LOBO, Elizabeth. O trabalho como linguagem: o gênero no trabalho. In: _____ . A classe operária tem dois sexos. São Paulo, Brasiliense, 1991. p. 193-206.